ARTIGO



http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p177-196

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO "FAIR TRADE" EM COOPERATIVA NO MARAJÓ, PARÁ

Paulo Sérgio Carvalho de Souza

Mestre em Administração.

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia - UNAMA

Cyntia Meireles Martins

Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNAMA

Sérgio Castro Gomes

Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNAMA **Antônio Cordeiro de Santana**

Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará

Bárbara Ádria Oliveira Farias Fernandes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNAMA

Resumo

Esta investigação identifica e analisa as dimensões econômicas, ambientais e sociais que podem impulsionar a certificação "Fair Trade" na Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó (COPAVEM), São Sebastião da Boa Vista/PA. A metodologia adotada foi um estudo de caso, sendo utilizados dados primários obtidos a partir de questionários aplicados junto a 20 produtores, entrevista abertas com os cooperados e dados secundários, no qual se procedeu à análise documental de relatórios institucional. O estudo verificou a existência de relação entre processo de certificação Fair trade, com as dimensões da sustentabilidade. Conclui-se que quando a cooperativa adapta seus procedimentos visando atender aos requisitos para obter a certificação, promove aos cooperados o conhecimento sobre as dimensões da sustentabilidade, e estes são aplicados em suas propriedades.

Palavras-chaves: Organização social. Sustentabilidade. Mercado Justo. Ilha do Marajó.

SUSTAINABILITY DIMENSIONS: THE "FAIR TRADE" CERTIFICATION PROCESS IN COOPERATIVE IN MARAJÓ, PARÁ

Abstract

This research analyzes the dimensions of sustainability (economic, environmental and social) that can boost the Fair Trade certification process in the Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó (COPAVEM), São Sebastião da Boa Vista/PA. The methodology used was a case study, using primary data obtained from questionnaires applied to 20 producers, an open interview with the cooperative and secondary data, in which the documentary analysis of institutional reports was carried out. The study verified the existence of a relationship between the Fair Trade certification process and the sustainability dimensions. When the cooperative adapts its procedures to meet the requirements to obtain certification, it promotes cooperative knowledge about the dimensions of sustainability. These are applied to their properties.

Keywords: Social organization. Sustainability. Fair Trade. Island of the Marajó.





1 Introdução

A década de 1950 trouxe evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido em diversos países semi-industrializados não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres à bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2008), portanto, o modelo capitalista necessitava vencer novos desafios que até então não os tinha ultrapassado.

Nesse panorama de transformação, anseios e novos pensamentos, surgi o conceito de desenvolvimento sustentável no relatório de Brundtland, em 1987, fruto de análises da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, cujo propósito era gerar o crescimento econômico e superar a pobreza dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ademais, na década do ano de 2000, o mundo abandonou a visão voltada ao mercado e privilegiou as necessidades específicas alicerçadas na especificidade de cada região. Diniz e Ferarri (2011) explicam que a mudança teve como alvo o desafio de novas formulações para o desenvolvimento e discussão do papel do Estado.

No que tange às dimensões da Sustentabilidade (ambiental, econômica e social), a ambiental supõe que o modelo de produção seja compatível com a base material que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. A dimensão econômica supõe aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais. Já a dimensão social propõe uma sociedade sustentável, onde todos os cidadãos tenham o mínimo para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isto significa erradicar a pobreza definindo padrões aceitáveis de desigualdade (NASCIMENTO, 2012).

Aparentemente, o conceito supõe uma reforma intelectual e moral societária. Diante desta realidade, o panorama requisita olhar diferenciado quanto a conciliar os aspectos ambientais e sociais com o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Nascimento (2012: p. 57), entende que uma das formas que poderá conciliar esses aspectos é "a maneira a acolher e estimular novas tecnologias e formas de viver", sendo uma desssas tecnologias a certificação para o Mercado *Fair Trade* (MFT).

O movimento MFT não é ação recente, surgiu na década de 1960 no mercado internacional e busca conciliar a sustentabilidade ambiental com a geração de trabalho e distribuição de renda aos menos favorecidos, sendo o movimento voltado a pequenos empreendimentos. Ademais, seus princípios fundamentais são a obtenção de um preço mais



justo e, simultaneamente, fomentar um consumo responsável diferenciado do consumismo dominante (LISBOA, 2017).

No Brasil, o comércio justo teve início na década de 1970, por meio do trabalho de Organizações Não Governamentais europeias que, em sua maioria, estavam conectadas ao trabalho das igrejas e, assim, organizavam grupos de trabalhadores rurais e na venda informal de artesanato. Hoje e em comparação com outros países, o Brasil está à frente em termos de volume, qualidade e boa prática de produção, que envolvem as questões sociais, ambientais e econômicas, e desta forma fica propícia à adequação às exigências da certificação (DINIZ; FERRARI, 2011).

A Cooperativa Agroextrativista da Veneza do Marajó (COPAVEM), objeto desse estudo, está sediada no arquipélago do Marajó, no município de São Sebastião da Boa Vista-PA, sendo uma de apenas duas cooperativas existentes na Amazônia brasileira com esse selo. A certificação *Fair Trade* na COPAVEM ocorreu em 2014 e é a única no Brasil a exportar polpa de fruta do açaí *in natura*, assim torna um caso impar a ser estudado.

Neste sentido, tem-se como objetivo identificar e analisar as dimensões econômicas, ambientais e sociais que podem impulsionar a certificação "Fair Trade" em cooperativas, especificamente na Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó (COPAVEM).

2 A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir "as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) " (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

A questão ambiental começa a emergir no curso da década de 1960, após o uma fase de crescimento intenso. Para Canepa (2007), o que se passou a denominar de "crise ambiental" reflete, portanto, a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, e demarca os limites do crescimento econômico, considerando o quadro de degradação ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável mais conhecido é aquele do Relatório Brundtland (CMMAD, 1988), que é definido basicamente como "aquele que satisfaz as



necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas". O relatório ainda ressaltou, a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político. No tocante aos recursos naturais, avaliou a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade humana, e afirmou que a pobreza já pode ser considerada como um problema ambiental e como um tópico fundamental para a busca da sustentabilidade.

Apesar de ser um conceito questionável por não definir quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

Neste trabalho adota-se o modelo de Sustentabilidade que difere do modelo tradicional de negócios – que só considerava fatores econômicos na avaliação de uma empresa – para um novo modelo, que passa a considerar a performance ambiental e social da organização além da financeira (ELKINGTON, 1997). Apresenta-se, com base em Elkington (1997), o que cada dimensão representa:

Social – Trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Refere-se também ao bem-estar das pessoas envolvidas e a salários justos;

Ambiental - Refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade. Uma empresa que utiliza determinada matéria-prima deve planejar formas de repor os recursos ou, se não é possível, diminuir o máximo possível o uso desse material;

Econômica - Enfatiza-se a viabilidade financeira, isto é, a necessidade das organizações de prosperarem economicamente como empresa.

O modelo é utilizado para orientar as organizações no direcionamento de ações e estratégias para a sustentabilidade. É necessário que as empresas repensem seus modelos produtivos para atingirem a sustentabilidade de forma a não causarem impactos negativos, que estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos consumidores.

Segundo Barbieri et al., (2010), em princípio, as organizações passaram a inserir o desenvolvimento sustentável em suas estratégias em razão das pressões externas e como respostas às cobranças de grupos ambientalistas, entidades governamentais e da sociedade civil como um todo. No entanto, nas últimas décadas as empresas passaram a adotar o desenvolvimento sustentável como fator que pode agregar valor à organização, torná-la mais



competitiva, diferenciando-a das demais e, até como um fator importante para garantir a sobrevivência do negócio. Isto ocorre também com as certificações que buscam atender as exigências do mercado como no processo de certificação para o MFT.

3 Metodologia

3.1 Caracterização da área de estudo

O Arquipélago do Marajó (Figura 1) está integralmente situado no estado do Pará, sendo formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha fluviomarítima do mundo, com 140.139 km², divididos em 16 municípios constituídos em três microrregiões geográficas: Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure), Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista) e Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) (IBGE, 2015).

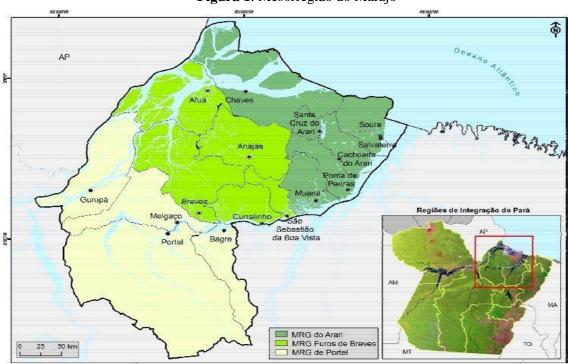


Figura 1: Mesorregião do Marajó

Fonte: GeoPará, 2015

A COPAVEM que está localizada no município de São Sebastião da Boa Vista, localizada a 12 horas de barco da cidade de Belém. O município possui uma densidade



demográfica de 14,93 hab./km², com área de 1.633km² e população de 24.363 habitantes, localizada na área rural pouco mais de 56,8% do número de habitantes (IDESP, 2014).

O setor que mais emprega é o da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca com 45,15% da população ocupada. No extrativismo vegetal, o produto que tem se destacado é o açaí quem em 2012 produziu 7.374 toneladas do fruto, gerando um faturamento de R\$ 13.273 mil para o município (IDESP, 2014).

A cooperativa foi fundada em 10 de dezembro de 2005 por um grupo de produtores da zona rural. Atualmente é formada por 37 produtores rurais das comunidades de Rio Guajará, Rio Pracuúba, Rio Cariá e Rio Pracuúba Grande, que denominaram estes locais de Núcleos Produtivos (NP). Juntos possuem uma área de 1.567 hectares, sendo que 667 hectares são de áreas plantadas com palmeira de Açaí (*Euterpe oleracea*).

3.2 Instrumento de coleta e de análise dos dados

Usou-se base de dados obtida por meio dos relatórios do SEBRAE dos anos de 2012 e 2015, além de questionários estruturados aplicados a 20 cooperados no mês de janeiro de 2016, a fim de proceder análise de dados quantitativos.

182

O levantamento qualitativo foi desenvolvido em duas etapas: em fevereiro de 2016 foram realizados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 06 cooperados, sendo a seleção feita por disponibilidade em participar da entrevista, tendo em vista que esta etapa da pesquisa foi realizada no período da safra do açaí.

Em um segundo momento, realizou-se em maio de 2016 um grupo focal realizado com 05 cooperados, sendo que o processo de seleção foi de um cooperado de cada núcleo produtivo e o presidente da cooperativa.

O grupo focal que é um tipo de técnica grupal de pesquisa qualitativa ou de intervenção junto a um grupo de pessoas que seja considerado significativo e/ou representativo da categoria ou universo social em análise, a qual pretende criar condições, motivações e ambiente para extrair do diálogo proposto representações e conjuntos de elementos significantes e dominantes acerca das crenças, valores, percepções, opiniões, comportamentos ou sentimentos mesmo dos indivíduos sobre si mesmos ou sobre aspectos e temáticas relevantes ou inter-relacionadas ao assunto principal relativo ao universo que se busca conhecer – e assim sobre e sobre a cultura da qual compartilham (GONDIM, 2003).

P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p.177-196, Mar./ Set. 2017.



4 Resultados e discussão

4.1 Conhecendo a COPAVEM por dentro "o perfil dos cooperados"

A cooperativa é formada em sua maioria 81% de homens e 19% de mulheres, o que demonstra a necessidade da organização social motivar uma maior participação de mulheres, considerando os requisitos exigidos para se alcançar a certificação do MFT.

Vale frisar que Gomes (2010, p. 80) constata que uma das dificuldades em obter a certificação MFT encontra-se na participação das mulheres nas decisões da cooperativa, pois, a auditoria questiona os produtores se suas mulheres participam das tomadas de decisões, se participam das decisões e se não participam o motivo. Na COPAVEM, a despeito de um menor quantitativo de mulheres cooperadas, existem aquelas integradas na composição da diretoria.

A média de idade dos cooperados é de 50,5 anos, o que significa que esses extrativistas se encontram em idade produtiva para exercer atividades laborais, sendo esta sua principal fonte de renda. Contudo, vale frisar que 29,7% dos entrevistados têm acima dos 60 anos de idade, ou seja, estariam teoricamente fora do mercado de trabalho, ou prestes a se aposentar, mas sentem-se em plena capacidade produtiva, e buscam aumentar a renda, que é uma das dimensões do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico.

Não há analfabetos na COPAVEM. Contudo, a média de escolaridade encontrada na comunidade demonstra que 60% dos entrevistados, apresentam apenas o nível de ensino fundamental incompleto, ofertado pela escola presente no território, que disponibiliza somente o ensino fundamental, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1: Nível de instrução dos cooperados

Escolaridade	Nº de casos	%
Fundamental Incompleto	22	60%
Fundamental Completo	2	5%
Médio Incompleto	9	24%
Médio Completo	4	11%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa documental fornecidos pela COPAVEM



Neste nível de ensino fundamental estão os mais antigos membros da comunidade e os que iniciaram os trabalhos em campo ainda cedo. Frisa-se que o fator escolaridade pode restringir o acesso à inovação tecnológica e informações, como a disponibilidade de crédito, importantes para o desenvolvimento da atividade agroextrativista na comunidade.

Isto pode se tornar um grande desafio para a COPAVEM, pois os gestores da cooperativa devem ser os próprios cooperados, e também pode ser uma oportunidade, já que o Prêmio da comercialização do MFT pode ser aplicado no desenvolvimento social, umas das dimensões do DS, como na melhoria da instrução do nível educacional dos cooperados e da comunidade, com a construção de uma escola, ou contratação de professores particulares nas comunidades. A aplicação do Prêmio MFT no desenvolvimento social pode ocorrer desde que seja aprovada em assembleia.

O tempo médio de residência dos cooperados é de 30 anos, sendo que o morador com menor tempo de residência está na comunidade há 5 anos, enquanto que o mais antigo reside a 55 anos, configurando-se pessoas que já possuem experiência e conhecimento local, fator importante na relação com o meio ambiente e o uso de recursos naturais, impactando na dimensão ambiental.

Todos os cooperados são naturais do município de São Sebastião da Boa Vista – Marajó Pará, possuindo média de filhos de pouco mais de quatro, o que demonstra uma nova configuração familiar dentro da comunidade, reflexo das novas dinâmicas sociais que reduz o número de filhos por família.

Vale frisar que em territórios ainda não intensamente modificados, com carência de ramais e estradas com condições adequadas de tráfego, o crescimento do número de membros por família era significativo, sendo à força de trabalho braçal, fator determinante para garantir o desenvolvimento do território e o sucesso do aumento da renda.

Interpreta-se que a modificação do ambiente físico local é processo lento, contudo, o tamanho das famílias rurais sofre transformações lentas e continuam sendo maiores do que as domiciliadas em áreas urbanas, devendo ser considerados fatores como diferenciação geográfica e cultural (ALVES; MOTA, 2012).

Todas as residências são próprias, sendo que o tipo de habitação que mais prevalece é de madeira, com cerca de 90%, em virtude de ser um recurso local abundante na região; já o telhado em sua grande maioria, 78% possui cobertura de telhas Brasilit, mas existem residências cobertas com telhas de barros, aproximadamente 22%.



Quanto ao banheiro 90% declarou que possui banheiro tradicional, enquanto que apenas 10% ainda utiliza banheiro rudimentar (céu aberto), localizados no fundo das residências. A atuação dos cooperados por meio da COPAVEM permitiu a construção de fossas, havendo uma mudança para método de sanitários mais adequados dentro das residências e menos danosos ao ambiente e a própria saúde dos usuários.

O abastecimento de água é feito de duas formas que são por meio de poços ou recolhimento nos rios locais, sendo que os rios são mais utilizados pela comunidade, que utiliza aproximadamente 65% água captada. O tratamento da água para consumo é feito utilizando filtros (75%), ou adicionando o cloro (25%), evitando assim a contaminação por doenças, como cólera.

Quanto ao lixo, 55% dos cooperados realizam a queima e 45% enterram, mas devido trabalho de sensibilização da cooperativa, aqueles lixos que podem ser reciclados são encaminhados à prefeitura para que se tenha o destino correto.

A preocupação com resíduos que é um dos requisitos para a certificação MFT onde: "os produtos devem reduzir, reutilizar, reciclar e fazer compostagem de resíduos de maneira que seja apropriada aos materiais em questão" (FLO, 2009). Essa preocupação com a destinação dos resíduos está vinculada a dimensão ambiental e social do DS, conhecida como socioambiental, que estabelece os vínculos entre a atividade humana e o sistema ecológico como quanto à forma como uma sociedade administra os dejetos que produz (JACOB, 1999).

Todas as residências possuem energia elétrica fornecida por gerador próprio, o que possibilita a aquisição de bens duráveis utilizados no negócio (motor barco e freezer) e na satisfação das necessidades pessoais (bomba d'água, máquina de costura, antena parabólica, fogão a gás, fogão a lenha, geladeira, televisão, rádio e aparelho de som), causando impacto na dimensão social, considerando que a "sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário uma vida digna e que ninguém adquira bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros" (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

4.2 As dimensões da Sustentabilidade na COPAVEM

4.2.1 Dimensão social

Um dos requisitos sociais que deve causar impacto nas organizações sociais é o item "Democracia, participação e transparência" em que a Fair Trade Labelling Organization



Internacional - FLO enfatiza "a organização deve ter estrutura democrática estabelecida e uma administração transparente, permitindo controle efetivo pelos membros e pela diretoria sobre a gestão da organização" (FLO, 2009).

Assim buscou-se conhecer a categoria "Democracia", principalmente quanto à compreensão das normas, tais como regimento interno e código de ética. Como resultado fica nítido que os cooperados conhecem pouco ou não tem conhecimento algum sobre os documentos em questão, sentindo-se envergonhados ao fazerem essa afirmação.

Isto pode se justificar, pela baixa escolaridade da maioria dos cooperados, como pode ser verificado no perfil do grupo. Cabe notar que não existe código de conduta e/ou ética formal na cooperativa, o que justifica o desconhecimento dos produtores quanto a este item.

No que tange o plano de metas da cooperativa, foi demonstrado que a cooperativa possui e os cooperados, em sua maioria, conhecem esse plano. Vale frisar a importância do plano de metas considerando que para o acompanhamento das estratégias da organização é necessário desenvolver mecanismos, no qual os gestores tenham todos os indicadores necessários para o bom desempenho da organização.

O conhecimento do plano de metas e sua importância podem ser corroborados em fala de entrevistado ao afirmar que o documento "estabelece sim, tenho acesso sim, inclusive nós temos o planejamento estratégico dela de agora de 2015 a 2020", ressaltando ainda o estabelecimento de metas e prioridades nos próximos cinco anos.

Contudo, os produtores na maior parte das vezes percebem um descompasso entre o plano e sua capacidade de operacionalização, quer seja pelas dificuldades de participação, logística ou mesmo o final de safra que coincide com o atraso nos ajustes ao plano, o que pode ser verificado seguinte afirmação:

"Conheço um pouco também, olha todo ano a gente faz um plano né, só que muitas das vezes nós não atinge porque nós focaliza uma coisa né, quando é na hora muda de esquema, e ai vai atrasando aquilo que nós formalizemo né, é mas pouco a pouco a gente vai avançado, nós fizemos uma meta de produção e tô vendo que nós não atinge, porque nossa cooperativa custô muito pra começar a comercializar e ai em decorrência disso muitos companheiros que tinha açaí aqui em cima, já tá no fim da safra, e tínhamos uma meta de construir uma sede, e até aqui não fizemos nada"

Os entrevistados afirmaram que as decisões sobre a gestão da cooperativa são tomadas nas assembleias, onde todos podem emitir sua opinião ou mesmo proporem novos itens em pauta. No entanto, ainda fica nítida a dependência institucional na tomada de decisões,



conforme relatado em entrevistas "...olhas as decisões normalmente o Sebrae sempre dá o encaminhamento, pra nós tomar essas decisões", sendo um ponto necessário de amadurecimento da cooperativa no futuro, de forma que eles mesmos possam ser responsáveis no processo de condução e tomada de decisão da organização.

Para os entrevistados, a despeito de não se ter 100% de participação dos cooperados nas reuniões, esta varia em torno de 60% a 70%, demonstrando o envolvimento da maior parte dos produtores nos processos de tomada de decisão.

Buscou-se também saber qual o sentimento deles quanto às reuniões, obtendo como resposta que a maioria considera as reuniões gratificantes. Os que participam têm a oportunidade de expor suas ideias conforme relatado:

"Muito gratificante, porque se eu não for lá na reunião eu fico desenformado né, ai se eu for lá eu tenho informação do que foi passado lá, e também tenho a oportunidade da minha participação"

Vale frisar que mesmo entre aqueles que consideram as reuniões cansativas ou demoradas não deixam de participar, considerando a importância das informações repassadas e a necessidade de envolvimento dos produtores na tomada de decisões, conforme relatado:

"eu mesmo, não sou muito chegado a reunião, ai eu tem vez que vai até 4 horas, 5 horas da tarde, mas é obrigado a gente ir, então tem que participar né!"

Certamente, o maior nível de participação dos produtores pode ser reflexo do trabalho da cooperativa que vem fomentando a organização social dos cooperados por meio de curso e palestras.

Outra questão levantada foi saber se os entrevistados participaram da elaboração do plano de trabalho para certificação. Apesar de todos os entrevistados afirmarem que participaram do plano de trabalho para a certificação, fica evidente que não sabem como foi sua participação, apenas sabem que a instituição parceira enviou os consultores para que fosse elaborado esse plano. Vale frisar que o entendimento dos produtores das etapas da certificação é um elemento central para autogestão da cooperativa.

Na categoria transparência se buscou entender como os cooperados têm acesso às informações no âmbito da gestão das cooperativas, tais como as decisões sobre o conselho de administração, ações do projeto, pareceres do conselho fiscal e auditoria ou demonstrações



contábeis. Conforme relatos dos entrevistados todos possuem acesso às tomadas de decisões:

"Como é que chega.... e sempre através do presidente que vem trazer pra gente, ou outros cooperados também, quando a gente não vai nas reuniões, que muitas da vez a gente falta, ai o cooperado transmite aquilo que foi nas reuniões, aquele assunto. Têm um responsável pelo núcleo, e ele passa informações passa sim".

Ainda sobre a categoria transparência buscou-se entender como os cooperados conhecem as ferramentas de gestão, como as demonstrações contábeis e os pareceres emitidos pelos conselhos fiscais eleitos pelos cooperados, assim busca-se saber se esses pareceres são lidos nas assembleias. Nas respostas obtidas fica claro que os pareceres da autoria e do conselho fiscal são lidos antes da prestação de contas do exercício:

"É feito o relatório onde o conselho fiscal aprovou a prestação de contas e todo mundo fica sabendo do andamento das finanças da cooperativa"

Quanto à eleição para diretoria da cooperativa, os entrevistados afirmam que existe um comitê que conduz todo o processo eletivo da cooperativa. Os entrevistados afirmam que a divulgação dos nomes dos candidatos é feita com antecedência de três meses.

Outro requisito que causa um impacto social é "Saúde e segurança no trabalho", onde a FLO (2009) define que "As organizações devem prevenir acidentes e danos à saúde dos trabalhadores, minimizando os perigos inerentes ao ambiente de trabalho". Assim perguntou-se aos cooperados se a COPAVEM já promoveu alguma capacitação em saúde, segurança do trabalho, primeiros socorros e equipamentos (EPIS). A COPAVEM proporcionou qualificação em saúde e segurança, sendo que o curso que mais impactou nos cooperados foi o PAIS Açaí, pois perceberam que a forma que trabalhavam não era a mais adequada, e que poderiam evita doenças advindas da forma incorreta no manejo e extração do açaí.

Sobre as motivações para a comercialização em conjunto, que é uma característica da organização, os cooperados destacaram os melhores preços na venda para a agroindústria e a possibilidade de alcance de novos mercados, conforme relatado:

"É muito importante porque a gente fica conhecendo o açaí, o que sai daqui pra esses outros países, tem muita...o pessoal querem mais o nosso açaí..."



O que se pode perceber é que os cooperados têm mais confiança na comercialização coletiva, reforçando as ideias de Bourdieu (1986) que o fortalecimento das relações cresce à medida que cresce a confiança do grupo, criando assim um forte vínculo, o que chama de "economia geral de troca".

"Com certeza, todo ano que nós trabalhamos constamente nós temos vendido com preço deferenciado, com o do mercado aqui, com isso nos ajudou muito a gente que é cooperado"

4.2.2 Dimensão econômica

Na dimensão econômica a organização deve evidenciar apenas dois requisitos "Prêmio de Comércio Justo" e "Fortalecimento Econômico da Organização".

Na pesquisa verificou-se o entendimento dos cooperados sobre o prêmio, pois de acordo com FLO (2007) "A organização deve ter o compromisso e a capacidade de administrar o prêmio do comércio justo de forma que seja transparente aos beneficiários e à FLO".

Ficou evidente, o desconhecimento pelos cooperados sobre o significado do prêmio do comércio justo. Apesar de todos afirmarem que receberam treinamento técnico para trabalhar o comércio justo, eles afirmam que não participaram de nenhum planejamento acerca do prêmio, e não sabem informar se a cooperativa possui um sistema administrativo de controle que dê transparência ao recurso do prêmio de comércio justo.

O outro ponto que se buscou nas entrevistas foram evidências sobre o fortalecimento econômico da organização considerando que a "organização deve se tornar mais forte e mais economicamente sustentável. Espera-se que o comércio justo, com o tempo, seja apenas um apoio à organização" (FLO, 2009). Vale frisar que a COPAVEM conseguiu a certificação MFT em 06 de março de 2014, mas não operacionalizou o processo, não tendo realizado ainda nenhuma comercialização no MFT. No entanto pode-se verificar que a organização tem alcançados resultados expressivos de faturamento (Figura 2), demonstrando que não tem dependência do MFT, ou seja, o MFT será mais uma forma de comercialização que a COPAVEM terá.

Faturamento da COPAVEM (2011-2015) 1.000.000.00 900.000,00 800.000,00 700.000,00 600.000,00 500.000,00 400.000.00 300.000,00 200.000,00 100.000,00 2011 2012 2013 2014 2015

Figura 2: Faturamento da COPAVEM no período de 2011/2015

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa em documentos da COPAVEM

A pesquisa revelou que os cooperados não têm como única fonte de renda a comercialização do fruto açaí, mas é sua maior fonte chegando a 84% da renda total, que é complementada com outras atividades, tais como: carpintaria, agricultura e pesca.

A pesquisa também demonstrou que os cooperados não comercializam sua produção somente com a COPAVEM, mais existem outros atores que fazem parte desse cenário, como o atravessador, o batedor artesanal e agroindústria.

Verifica-se que a maior comercialização realizada pelos cooperados ainda é com o atravessador que recebe 49,6% de sua produção, seguido da agroindústria com 47,7%, comercializado pela COPAVEM, e 2,7% que vai para o batedor artesanal com quem o cooperado já possui um contrato, mesmo informal.

Apesar de todos os entrevistados afirmarem que a comercialização do produto com o atravessador seja desvantajosa, em relação à comercialização com a COPAVEM, conforme demonstrado no relato dos entrevistados, ainda assim, é preferencialmente sua principal opção. Para entender essa situação se buscou identificar quais a maiores dificuldades que o cooperado possui em comercializar somente com a COPAVEM, resumido no quadro 01.

Quadro 01: Resposta dos cooperados sobre a dificuldade em vender somente para a COPAVEM

Quadro 01: Resposta dos cooperados sobre a dificuldade em vender somente para a COPA v Elvi			
Cooperado	Síntese	Aspecto	
		enfatizado	
CO1	"Pra mim a maior dificuldade ainda é o capital né, porque a cooperativa ainda não tem capital e leva o açaí e fica pra pagar com 8 dias, quando a		

	gente não pega um problema no banco, e teve dias que passamos 3 meses		
	sem receber, só mandando açaí, e meio difícil"	e em	
CO2	"Agora por causa do preço que tá baixo, e aqui no porto tá mais caro que tá	vender	
	vindo de lá, o atravessador tá pagando melhor"		
CO3	"A dificuldade, mas é arrumar gente pra tirar, porque tem gente de fora que	somente	
	não quer tratar o açaí, aqui nós não tem esse problema, por eu explico pro		
	meninos, eles já sabem como é"		
CO4	"Porque a gente ainda não tem uma embarcação que tenha porte como	M	
	frigorífico, pra poder pegar o açaí todo dia do companheiro, quando a safra é		
	grande tu tem que tirar todo o dia, porque senão estraga o açaí da tua		
	propriedade, até em tão nos só colocamos 2 vezes na semana pra		
	cooperativa, nós estamos com projeto sendo preparado uma fábrica para		
	gente tentar preencher essa lacuna, e construir um barco, por sinal já		
	compramos uma balsa, pra tentar fazer um frigorífico pra gente ter mais		
	acesso a esse transporte para aproveitar melhor o açaí do cooperado"		
CO5	O5 "A dificuldade é que não permanece todo o tempo, a cooperativa compra no		
	máximo 2 a 3 meses o açaí, e depois falha o açaí porque safra"		
CO6	"Eu acho que falta ainda um trabalho de logística no qual tem que se		
	entender o produtor e os dirigentes pra pegar esse açaí quase que		
	diariamente"		

Fonte: Dados da entrevista com cooperados

De acordo com as respostas os problemas apresentados são de logística (CO4, CO5 e CO6), ao relatarem que a cooperativa tem dificuldade na coleta do fruto junto aos cooperados, pois não consegue absorver a produção, o que faz com que o cooperado para não perder o produto comercialize com o atravessador. Outro motivo apresentado na pesquisa foi que a cooperativa não possui lastro financeiro para realizar o pagamento à vista (CO1), pois vende sua produção a prazo, e assim que recebe repassa aos cooperados, enquanto que o atravessador realiza o pagamento à vista, ou em alguns casos antecipando o pagamento, para comprometer o produtor com a entrega.

4.2.3 Dimensão ambiental

Para atender ao requisito ambiental, a cooperativa precisou preparar os cooperados para a construção de plano de Avaliação de Impacto, Planejamento e Monitoramento de Impacto considerando que "A instituição deve avaliar os impactos ambientais em operações



dos seus membros, desenvolver e executar planos para diminuir esses impactos. Deve assegurar que seus membros protejam o meio ambiente fazendo da proteção ambiental uma parte do gerenciamento da propriedade" (FLO, 2009).

A pesquisa demonstrou que a cooperativa preparou os cooperados para a construção do plano, proporcionando capacitação em legislação ambiental, pois as auditorias da certificadora iriam fazer a checagem nas propriedades. Comprovou-se na pesquisa que houve impactos na vida cooperados proporcionados pelos conhecimentos adquiridos nas capacitações, como coleta seletiva do lixo, preocupação com a saúde e com a água dos rios.

Outro efeito foi a preocupação com a saúde, que os cooperados tiveram a partir das capacitações:

"...porque traz mais segurança pra nossa saúde, e pras saúde das pessoas que nosso tamos alimentado com nosso produto. Quando nós recebemos esse curso desse problema ambiental, quase todo mundo mando fazer um poço artesiano e tem uma água com mais eficiência, nos ajunta nosso lixo, o que dá pra queimar, aquele que não dá pra aproveitar pra adubo orgânico a gente junta e tem levado ao lixão do nosso município"

Os cooperados também afirmaram que receberam capacitação para o manejo de açaizais o que melhorou muito a produção. A capacitação que mais impactou foi o PAIS Açaí, mudando muito o modo de ver a meio ambiente, aumentando a produção e, consequentemente, melhorando os ganhos. Conforme destacado o "PAIS açaí melhorou muito...a gente trabalha com mais clareza e segurança, e melhorou o produto porque deu mais produção e aumentou a renda".

Pode-se perceber que esse processo de mudança impactou na produção do fruto, que teve uma variação que se iniciou em 2012 com uma queda na produção do fruto açaí, perdurando-se até 2014, quando houve a recuperação (Figura 3). Essa variação se deu devido à mudança na tecnologia do cultivo passando do cultivo tradicional para o cultivo orgânico, que lhe rendeu uma Certificação Orgânica em 2014.

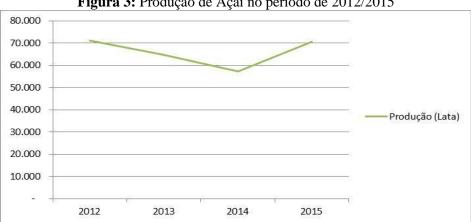


Figura 3: Produção de Açaí no período de 2012/2015

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa em documentos da COPAVEM

A justificativa técnica foi que o manejo nos açaizais nativos possibilitou o aumento na produtividade dos cachos e a melhoria na qualidade dos frutos, permitindo melhor rentabilidade da produção e, consequentemente, trazendo mais benefícios para o desenvolvimento social e econômico das regiões produtoras. As vantagens para o aumento da produção são significativas: enquanto um açaizal não manejado produz em média 4,2 t/ha de frutos, um açaizal que usa técnicas de manejo tem a produtividade aumenta para 8,4 t/ha.

Isso indica a possibilidade de se aumentar à produção regional, sem que ocorra substancial mudança na área espacial, reduzindo, assim, os impactos ambientais, permitindo atender ao substancial aumento da demanda no mercado (TURINI, 2013).

Na justificativa da vantagem de comercialização, a COPAVEM inovou na sua produção saindo do açaí tradicional com menor preço no mercado, passando ao açaí orgânico que possui um preço melhor no mercado, tendo uma valoração superior 15% no preço unitário, em relação ao preço do açaí tradicional. Foca-se assim em um mercado seleto que apresentam características de nichos de mercado, que está disposto a pagar um preço maior por esses produtos, conforme Vasconcelos et al. (2010).

5. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados demonstram que o processo de certificação Fair trade, tem relação direta com as dimensões da Sustentabilidade, que são Social, Ambiental e Econômica, confirmando que a adoção do processo de certificação para o Mercado Fair trade por cooperativas promove a sustentabilidade na organização.



Na dimensão Social, a certificação exige que a organização evidencie critérios que demonstram que atende as normas da organização certificadora, exigindo mudanças profundas nos processos, tanto de gestão como na relação cooperado/organização e cooperado/cooperado. Proporcionado ao cooperado uma participação mais efetiva na gestão da cooperativa e na tomada de decisão. Vale frisar que a necessidade de maior instrução formal entre os cooperados a fim de melhorar o acesso a informações.

Na dimensão Ambiental, pode-se percebe que tanto para organização como para os cooperados, esse fator é primordial, devido à conscientização de todos, sobre a importância na preservação do meio ambiente, e que cada um tem um papel importante, o que gerou novos hábitos nas pessoas, e rendeu a cooperativa uma certificação orgânica em 2014.

Na dimensão Econômica, percebe-se que a cooperativa vem tendo um crescimento expressivo, antes mesmo da certificação, se diferenciando no mercado, principalmente, com a comercialização de produtos orgânicos que são valorizados tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional, o que pode ser percebido pelos cooperados que tiveram aumento de sua renda.

Os cooperados ampliaram o Capital Social da organização, proporcionando uma grande mudança em atitudes dos cooperados, transformando sua organização tornando-a mais competitiva perante o mercado.

194

Assim como, instiga-se a possibilidade de despertar o interesse por parte do Estado quanto à utilização de subsídios fornecidos por este estudo como contribuintes ao processo de criação de um programa que estimule as cooperativas a adotarem esses modelos de gestão que atendem aos princípios exigidos para se obter o certificado MFT.

Referências

ALVES; K. dos S.; MOTA, D. M. da. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: Novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.2, p.191-215, Julho a Dezembro de 2012.

BARBIERI, J. C; VASCONCELOS, I. F. G; ANDRESSI, T; VASCONCELOS, F. C. **Inovação e sustentabilidade**: novos modelos e proposições. RAE, v. 50, nº 2, 2010.

BOURDIEU, P. **The forms of capital.** In: Richardson, J.G. (Ed.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Greenwood Press, New York, p. 241–258. 1986. CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis**: **o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.



- CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DINIZ, J. H.; FERRARI, G. **Comércio solidário no Brasil**. Faces do Brasil. 2011. Disponível em: http://facesdobrasil.org.br/articles/0029/9383/Anexo_P8_-_Jo_o_Diniz_-_CS_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- ELKINGTON, J. Cannibals with forks: Triple bottom line of 21st century business. Stoney Creek, CT: New Society Publishers. 1997.
- **FLO** *FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATION INTERNACIONAL*. FLO Internacional Annual Repport, 2009. Disponível em: http://www.fairtrade.net>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- _____. O processo de certificação da COPAVEM. Belém: SEBRAE, 2012. 98p. (Relatório de Consultoria).
- _____. O processo de certificação da COPAVEM. Belém: SEBRAE, 2015. 98p. (Relatório de Consultoria).
- GOMES. C. C. M. P. Alternativa encontrada para superação das principais dificuldades no processo de certificação Fair trade: Um estudo multicaso de organizações de pequenos produtores no Brasil. 2010. 110f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

GONDIM, S. M. G. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa:** Desafios Metodológicos. Universidade Federal da Bahia. Revista Paidéia, 2003,12(24); p. 149-161.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas populacionais**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: mar. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Perfil socioeconômico do município de São Sebastião da Boa Vista**. Disponível em: <www.idesp.pa.gov.br>. Acesso em: ago. 2014.

JACOB, P. Meio ambiente e sustentabilidade. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. Fundação PFL-CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.

LISBOA, A. de M. *Fair trade* 30 anos: um sonho desfeito? **P2P & inov**. Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. 64-90. set./mar. 2017.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. Revista Estudos Avançados. v. 26, n. 74, p. 51-64. 2012.

TURINI, E. T. Açaí (Fruto). In: **Proposta de preços mínimo:** Produtos da biodiversidade, Safra 2013/2014. Brasília: CONAB, 2013.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva,

ARTIGO



1998.

VASCONCELOS, M. A.; FARIAS NETO, J. T; SILVA, F. C. F. Cultivo, processamento, padronização e comercialização do açaí na Amazônia. Fortaleza: Instituto Frutal, 2010.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.